

POLÍTICAS DE COTAS RACIAIS: CONCEITOS E PERSPECTIVAS

Andréa Aparecida Bento¹
Eliane Reis Justino²
Fabrícia Paula Gusso³
Flávia Palmieri De Oliveira⁴
Janice Mendes da Silva⁵

RESUMO

A sociedade brasileira do século XXI ainda é cruzada por desigualdades e exclusão social. A discriminação existente há grupos de cor ou de raça, ainda se encontra largamente difundido no contexto social. No âmbito escolar, e em particular as Universidades, constituem um domínio no qual os indicadores mostram persistência de desequilíbrios quanto ao acesso e à permanência desses indivíduos não brancos. Portanto, as políticas educacionais de configuração tradicional não pareceram eficazes em abranger amplos segmentos de brasileiros mais pobres, negros, mulatos e índios em seu contexto. As ações afirmativas, em especial as políticas de cotas, foram exibidas como possível resposta a graves defeitos averiguados. O tema, todavia, é polêmico e tem gerado debates impetuosos. Este trabalho analisa as raízes fundantes do racismo, suas particularidades, a análise de discentes e docentes sobre as cotas e sua aplicação efetiva na Universidade Federal do Paraná.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas de Acesso ao Ensino Superior; Educação como Direito Humano; Políticas de Cotas Raciais.

ABSTRACT

The Brazilian society of the 21st century is still crossed by inequalities and social exclusion. Discrimination in color or race groups is still widespread in the social context. In the school context, and in particular the Universities, they are an area in which the indicators show persistence of imbalances regarding the access and permanence of these nonwhite individuals. Therefore, traditional educational policies did not seem effective in covering large segments of poorer Brazilians, blacks, mulattos, and Indians in their context. Affirmative actions, in particular quota policies, were presented as a possible response to serious defects found. The subject, however, is controversial and has generated impetuous debates. This work analyzes the root causes of racism, its peculiarities, the analysis of students and teachers about the quotas and their effective application in the Federal University of Paraná.

KEYWORDS: Policies for Access to Higher Education; Education as Human Right; Racial Quotas Policies.

¹ Concluinte do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET

² Concluinte do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET

³ Concluinte do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET

⁴ Concluinte do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET

⁵ Pedagoga, mestre em Educação, professora no Curso de Pedagogia das Faculdades OPET

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de facilitar o acesso a educação dos negros, surgiu a Política de Cotas Raciais nas universidades, classificando os candidatos por meios de suas características. Considerada por Santos e Rocha (2007) como uma medida governamental, a palavra cotas na educação brasileira é vista como uma ação afirmativa, com a finalidade de criar reservas de vagas em instituições de ensino superior, públicas ou privadas com o objetivo de ampliar a inclusão social das classes menos favorecidas.

Considerando que as universidades compõem uma esfera que apontam fragilidade quanto ao ingresso e à permanência dos negros, na tentativa de promover justiça e igualdade, já que passaram por processos de exclusão ao longo de suas vidas, esse trabalho tem por finalidade apresentar, os resultados de uma pesquisa exploratória, que visou analisar o conhecimento e a experiência da comunidade acadêmica sobre das cotas raciais; e o impacto das Políticas Públicas do Sistema de Cotas Raciais na em uma instituição de ensino superior pública.

De acordo com Florestan Fernandes:

...as estruturas raciais da sociedade brasileira só poderão ser ameaçadas e destruídas quando 'a massa de homens de cor', ou seja, todo elemento negro, puder usar o conflito institucionalmente em condições de igualdade com o branco e sem nenhuma discriminação de qualquer espécie, o que implicaria em participação racial igualitária nas estruturas de poder da comunidade política nacional. (p.72, 1979).

A Pesquisa Bibliográfica forneceu base teórica para o assunto a ser estudado permitindo a reflexão e elaboração de conclusões. A pesquisa de campo foi realizada em uma instituição de ensino superior pública, e contou com 10 professores universitários e 20 acadêmicos de diversos cursos, cotistas e não cotistas.

DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO E LEGAL

A história do negro no Brasil inicia no período da escravidão, com o tráfico negreiro, período colonial em que os portugueses trouxeram os negros para serem escravos no país.

O Brasil foi um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão que ocorreu com a Lei 3.353 em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea, onde os escravos conseguiram a liberdade, mas não conseguiram se livrar da discriminação racial e a exclusão.

A escravidão foi formalmente banida da Terra há pouco mais de uma década, mas ainda existem muitos casos de escravidão e de trabalho forçado. O Brasil, cuja abolição foi em 1888, figura entre os últimos 10 países que aboliram formalmente a escravidão. Na verdade, o Brasil foi o último país do ocidente a banir a escravidão, numa época em que a maioria das nações já havia condenado tal prática. Os outros nove foram países da África ou do Mundo Árabe: Serra Leoa e Madagascar em 1896; Zanzibar em 1897 e Nigéria em 1900. Já em pelo século XX a abolição prosseguiu nos seguintes países: Irã em 1928, Etiópia em 1942, Qatar em 1952, Arábia Saudita em 1962 e finalmente a Mauritânia em 1981. (MARQUES, 1996, p.1).

Embora os negros estivessem livres, não tiveram condições de integração social, econômica e educacional, pois, os negros que moravam no campo vieram para as cidades, já que não possuíam terras, e essa situação gerou exclusão e muitos ficaram à margem da sociedade. Sem educação, sem abrigo, sem terra e sem condições materiais para sobrevivência, acabou surgindo à marginalização.

De acordo com Munanga (1996), mesmo após a abolição, os negros ainda levaram por muitos anos o estigma da escravidão:

A Lei 3.353 de 13 de maio de 1888, que deu por extinta a escravidão, não trouxe para os ex-escravos negros e seus descendentes a plena cidadania. Após a abolição, das senzalas, as populações negras partiram para as margens. Isso ocorre tanto no sentido físico quanto social. O processo de enfavelamento urbano, a partir daí, se agigantou. [...] De um lado a desvalorização profissional representada pelo aviltamento salarial, de outro, um aspecto mais grave porque de ordem psicológico, o estigma secular de ter sido escravo por tanto tempo - cerca de três séculos e meio. (MUNANGA, 1996, p.115).

O fim da escravidão não significou o fim da discriminação racial e sim o começo de um desaparecimento de valores agregados às denominações de cor, chamado de racismo.

De acordo com Carneiro (2003), a desigualdade entre os brancos e negros é muito presente desde a escravidão:

O negro e o mestiço dificilmente conseguiam igualar-se ao homem branco. O "mundo da senzala" sempre esteve muito distante do "mundo da casa grande". Para alcançar pequenas regalias, fosse como escravo ou como homem livre, os descendentes de negros precisavam ocultar ou disfarçar seus traços de africanidade, já que o homem branco era apresentado como padrão de beleza e de moral. (CARNEIRO, 2003, p.15).

Por volta de 1920 e 1930, a elite brasileira começou a entender a miscigenação de forma positiva, pois o país começava a “branquear” de forma mais expressiva, e população negra começava a diminuir em relação à branca. Mesmo o Brasil sendo um dos últimos a abolir a escravidão, foi um dos primeiros a declarar democracia racial.

A democracia racial surgiu no Brasil, devido à existência da grande mistura racial. No entanto, essa condição velava a discriminação, e procurava apresentar que todos possuíam direitos iguais. No entanto, a elite brasileira entendia que as origens negras impediriam o desenvolvimento e progresso do país.

Sarmiento (2008) ressalta a democracia racial como um mito:

O mito da democracia racial, durante muito tempo acalentado entre nós, provou ser nada mais do que isso: apenas um mito, que, no seu ufanismo, anestesia as consciências e posterga o enfrentamento de um dos mais graves problemas nacionais. E nem é preciso recorrer à contundência das estatísticas para derrubar o famigerado mito. Para quem tem olhos de ver, basta um giro pelos shoppings ou restaurantes frequentados pela elite em qualquer centro urbano do país para constatar a exclusão social dos negros, que, no entanto, estão muitíssimos “bem representados” em outros espaços menos glamorosos, como os presídios e as favelas. (SARMENTO, 2008, p.61).

Percebe-se que a desigualdade social e econômica dos negros com relação ao branco no período pós-abolição, ainda é presente na sociedade, mantendo o preconceito racial.

Conhecida como Estatuto da Igualdade Racial, em 20 de julho de 2010, a promulgação da Lei nº 12.228, estabelece a garantia da população negra à efetivação da igualdade de oportunidades e a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos, visando o combate à discriminação e outras formas de intolerância étnica. Portanto, essas medidas são importantes para garantir a todos o pleno exercício dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais.

Mesmo tendo passado mais de um século da abolição da escravatura, poucas mudanças tiveram em relação ao negro na sociedade. Combater o racismo, eliminar o preconceito e a desigualdade racial é um grande desafio social e cultural, porém, é necessário considerar que, além da conscientização, a educação é o principal meio de esclarecimento a sociedade brasileira.

EDUCAÇÃO COMO DIREITO HUMANO

Os direitos humanos são princípios necessários para uma vida digna. Sua construção foi baseada na ideia de dignidade da pessoa humana, ou seja, todo ser humano deve ser igualmente respeitado e reconhecido como um todo, na organização social e política.

A educação é um dos direitos humanos, reconhecida no art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que foi um marco na história:

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos

Falar de educação como um direito humano, não seria apontar somente as condições econômicas dos estudantes ou as condições sociais, culturais, étnicas e raciais, e sim almejar, que todas as pessoas consigam exercer seus direitos e estar consciente deles.

Segundo José Celso de Mello Filho, o conceito de educação vai além de instrução:

É mais compreensivo e abrangente que o da mera instrução. A educação objetiva propiciar a formação necessária ao desenvolvimento das aptidões, das potencialidades e da personalidade do educando. O processo educacional tem por meta: (a) qualificar o educando para o trabalho; e (b) prepará-lo para o exercício consciente da cidadania. O acesso à educação é uma das formas de realização concreta do ideal democrático (MELLO FILHO, 1986, p. 533).

A educação é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, e no seu art. 205 afirma:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, Art. 205).

Portanto, a educação tem como finalidade, o desenvolvimento do sujeito, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, além de fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

AÇÕES AFIRMATIVAS E AS POLÍTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Desde o século XXI, a procura de jovens estudantes pelo ensino de nível superior apresentou crescimento intenso, essa condição fez com que, os governos federal, municipal e estadual, que oferecem educação superior gratuita, criassem programas populares de democratização do acesso ao ensino superior nas instituições públicas e privadas no país.

O Programa Universidade para Todos (ProUni), constituído pela Lei nº 11.096 em 13 de janeiro de 2005, oferece bolsas de estudos parciais e integrais para estudantes de cursos de graduação em instituições privadas de educação superior, conforme estabelece o artigo 1º da referida lei:

Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. (BRASIL, 2005, art.1).

O ProUni amplia a oferta de bolsas de estudo a cada ano e os beneficiários são estudantes que cursaram todo o ensino médio em escola pública ou em escola particular na condição de bolsista integral, portador de deficiência, os professores da rede pública que optem por fazer cursos de licenciatura.

Em 2007, surgiu outro programa de incentivo ao acesso e à permanência do estudante na universidade como o Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), já existente. Apesar dos programas possuírem organizações diferentes, todos objetivam o acesso à educação superior, constituindo assim ações afirmativas.

As Ações Afirmativas são políticas públicas criadas pelo governo ou pela iniciativa privada com a finalidade de corrigir as desigualdades raciais acumuladas ao longo dos anos, contra grupos excluídos por motivos de raça, gênero, idade, aparência física, religião, como forma de aumentar a participação dessas minorias

no acesso a educação, política, saúde, emprego, bens materiais e reconhecimento cultural.

Segundo Sell:

Ação Afirmativa consiste numa série de medidas destinadas a corrigir uma forma específica de desigualdade de oportunidades sociais: aquela que parece estar associada a determinadas características biológicas (como raça e sexo) ou sociológicas (como etnia e religião), que marcam a identidade de certos grupos na sociedade. Inspira-se no princípio de que a negação social de oportunidades a esses grupos é um mal que deve ser combatido, enfaticamente, com políticas específicas. (SELL, 2002, p. 15).

Também chamadas de discriminação positiva e ação positiva, as ações afirmativas buscam oferecer igualdade de oportunidades a grupos excluídos. É aprovado no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, com a seguinte redação:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes. (BRASIL, 1988, art. 5).

A importância do termo “igualdade de todos os seres humanos”, proclamada na Constituição Federal, está inteiramente ligada ao sentimento de justiça devendo ser analisada e compreendida de duas formas distintas, o da igualdade formal e o da igualdade material.

A criação das ações afirmativas no Brasil tardou a acontecer efetivamente, no entanto sua criação fez-se necessária devido às diferenças sociais entre negros e brancos acumulados ao longo da história, gerando assim, a necessidade de uma ação que viesse reparar os danos causados.

Estas ações têm ocupado um lugar de destaque através das políticas públicas seguidas pela luta de movimentos negros, o que tem proporcionando condições para que o negro possa se capacitar e ser reconhecido na sociedade.

POLÍTICAS DE COTAS RACIAIS NO BRASIL

O sistema de cotas é uma ação afirmativa em que há “estabelecimento de um número preciso de lugares ou da reserva de algum espaço em favor de membros do grupo beneficiado” (MENEZES, 2001, p. 30).

Ações afirmativas e o sistema de cotas, não é a mesma coisa conforme ensinamento de Walber de Morua Agra:

As cotas não podem ser confundidas com ações afirmativas porque aquelas são instrumentos destas. As ações afirmativas se materializam não apenas por meio de cotas, mas também por meio de incentivos fiscais, da concessão de bônus; do estabelecimento de metas que devem ser alcançadas no futuro etc. (AGRA, 2007, p.139).

Portanto, o sistema de cotas raciais, é um instrumento mais comum de ação afirmativa utilizado nas universidades públicas, reservando uma quantidade de vagas pertencentes a uma determinada classe, definida por muitos como, grupos excluídos e discriminados em função da suposta raça que pertence, por meio de alguns critérios, como: culturais, econômicos e raciais.

Vale ressaltar que a definição de raça por Henri-V Vallois (1966, p. 8) é o “agrupamento natural de homens, que apresentam um conjunto de caracteres físicos hereditários comuns, quaisquer que sejam, por outro lado, as suas línguas, os seus costumes ou as suas nacionalidades”.

Para o sistema de cotas raciais, o melhor critério é o fenótipo⁶ do indivíduo, pois tem como finalidade permitir o acesso à educação superior àqueles que, em razão da discriminação, são impedidos de realizar.

O sistema de cotas raciais é uma política de ação afirmativa inserida originalmente nos Estados Unidos, na década de 1960. Entre os anos de 2000 e 2001, o estado do Rio de Janeiro, antes mesmo do governo federal, adotou as políticas afirmativas raciais, editando as Leis nº 3.524 e 3.708, com a primeira turma pelo sistema de cotas, ingressas nas instituições de ensino superiores estaduais.

A primeira Universidade Federal a implantar o sistema de cotas no Brasil, foi a Universidade de Brasília em junho de 2004, com a adoção do Plano de Metas para integração social, Étnica e Racial, reservando 20% de suas vagas para negros.

Com a promulgação da Lei nº 5.346, de 11 de dezembro de 2008, houve um novo sistema de cotas para as universidades do estado do Rio de Janeiro. De acordo com o art. 2º as vagas ficaram divididas da seguinte forma: 20% para estudantes negros e indígenas, 20% para estudantes oriundos da rede pública de ensino e 5% para pessoas com deficiência e filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.

⁶ Fenótipo: Manifestação visível ou detectável de um genótipo. Genótipo: Composição genética de um indivíduo, mais frequentemente us. a respeito de um gene ou grupo de genes.

Em 2012, o sistema de cotas foi regulamentado pela Lei 12.711, a chamada Lei de Cotas, voltada para estudantes da rede pública em instituições de ensino superior federais, com separação de vagas para candidatos de baixa renda, e autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Portanto, conforme previsto na Lei, as universidades e institutos que contam com apenas um processo seletivo por ano, a Lei de Cotas foi aderida no fim de 2012. A porcentagem de vagas destinada para a Lei de Cotas, anualmente fica a critério de cada instituição, onde a seleção dos cotistas seria realizada com base no Coeficiente de Rendimento (CD), obtido a partir da média aritmética das notas do Ensino Médio. Entretanto, o artigo foi extinto do projeto e, a partir de então, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) passou a ser adotado como critério único de seleção dos candidatos. A previsão é de que, em 2022, o sistema de cotas seja reavaliado pelo Poder Executivo.

Os avanços no sentido de diminuir ou ainda aproximar o cidadão marginalizado pela sua origem desumana, são ainda acanhadas no Brasil, Silva (2009) argumenta sobre o sistema de cotas como a redução de dívida histórica.

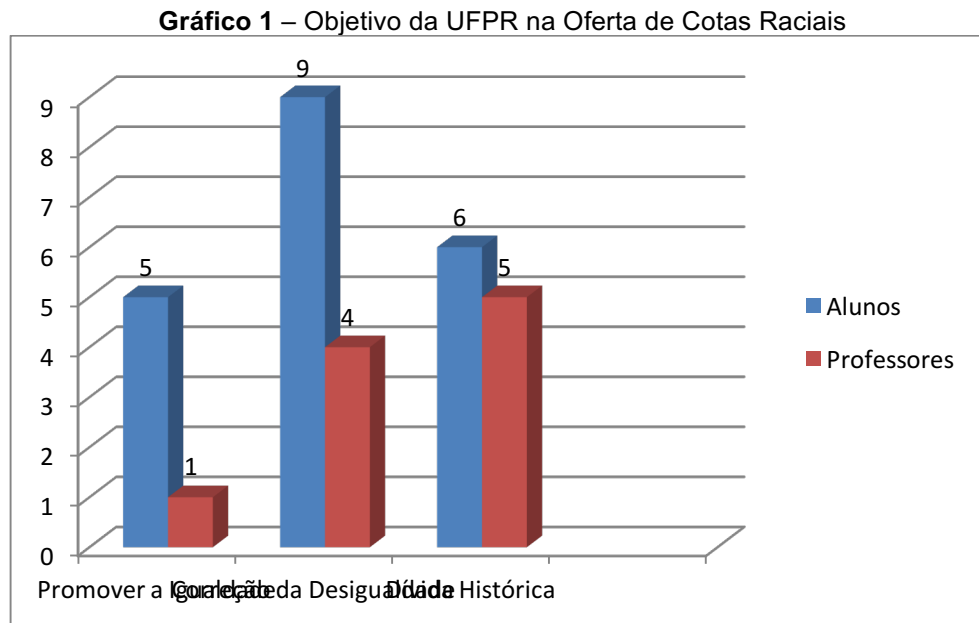
O sistema de cotas, como posto é política obrigatória de estado e forma legítima de reduzir “dívida histórica” comprovada em favor do segmento negro, não ofendendo, portanto, a qualquer princípio jurídico interno ou externo. Desse modo, o Estatuto da Igualdade Racial jamais dividiria a sociedade entre “brancos”, de um lado e “negros” e “pardos”, de outro, deixando privilégios a estes últimos, como se apregoa. A sociedade brasileira já está dividida e separada por anacrônica e indubitosa injustiça, exigindo políticas afirmativas constantes cujo objetivo básico é resgatar direitos dos negros após três séculos de regime escravagista. Este fato, não pode caracterizar privilégio dividir sociedade econômica e politicamente já dividida, gerar ódio racial, nem confundir problemas raciais com problemas de pobreza. A pobreza, no Brasil, tem como principal entre suas velhas causas, a “ideologia racial” ou o racismo propriamente dito, notando-se que, apesar da escravidão ter sido abolida há 121 anos, só agora o Estado Brasileiro vem tomando medidas concretas para garantir cidadania plena aos negros. (SILVA, 2009, p.345).

Sendo assim, as cotas raciais para funcionarem precisam ser interpretadas como um princípio de equilíbrio, alinhamento social, tornando se garantia de inclusão, reduzindo o racismo e as desigualdades em seus diferentes níveis.

RESULTADOS DA PESQUISA

Essa pesquisa foi realizada entre os meses outubro a novembro de 2016, e contou com a colaboração de 20 alunos de diversos cursos e 10 professores das diversas áreas. O formulário aplicado aos sujeitos pesquisados, contou com 3 perguntas fechadas, as quais abordavam o seguinte:

A universidade oferta vagas por cotas raciais com o objetivo de:



No gráfico acima foi analisado o objetivo da UFPR na Oferta de Cotas Raciais e dos 30 entrevistados, 5 alunos e 1 professor, responderam que o objetivo da UFPR é promover a igualdade equitativa de oportunidades aos menos favorecidos.

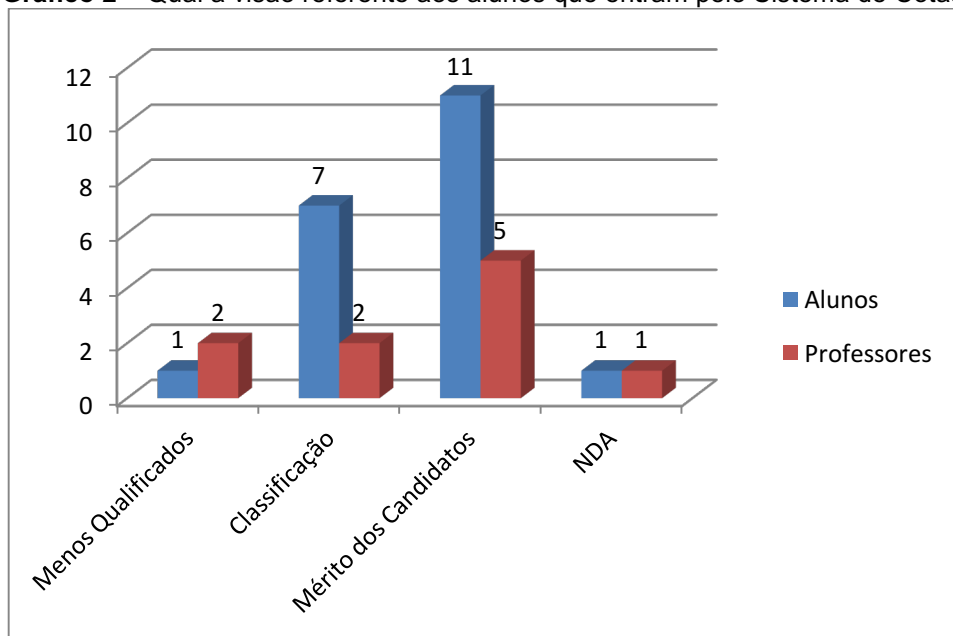
De acordo com o autor (SILVA, 1998, p. 217-218), a igualdade não é somente por meios das leis, mas através de políticas públicas para a integração de indivíduos historicamente excluídos e abalados em consequência de suas próprias características. O sistema de cotas para negros no vestibular se justifica diante de que, as universidades é o lugar mais valorizado para a formação de profissionais, mas que a maioria dos alunos ainda é de cor branca, ou seja, dar uma oportunidade pessoal a esse grupo excluído fazer parte do processo da construção das estratégias que podem melhorar o país é muito importante e também o engrandecimento e realização individual.

Dos entrevistados, 9 alunos e 4 professores responderam que o objetivo é visar a correção da desigualdade de acesso ao nível superior. Corrigir a desigualdade de acesso ao nível superior, não significa uma questão de desigualdade racial e sim de

desigualdade social, pois estudos comprovam que nas universidades onde as cotas foram implantadas, não houve perda da qualidade de ensino, já que as melhores cadeiras nas universidades são conquistadas por candidatos com melhor estabilidade financeira, ou seja, vindo dos melhores colégios particulares.

Dos entrevistados, 6 Alunos e 5 professores responderam que o objetivo é suprir uma dívida histórica com os negros, os quais o acesso ao ensino superior foi e é dificultado. De acordo com a citação de (Silva, 2009, p.345), o sistema de cotas é uma forma de reduzir “dívida histórica”, ou seja, pode ser vista como uma ferramenta de integração social, já que a sociedade brasileira ainda é separada entre os brancos e negros, ricos e pobres.

Gráfico 2 – Qual a visão referente aos alunos que entram pelo Sistema de Cotas.



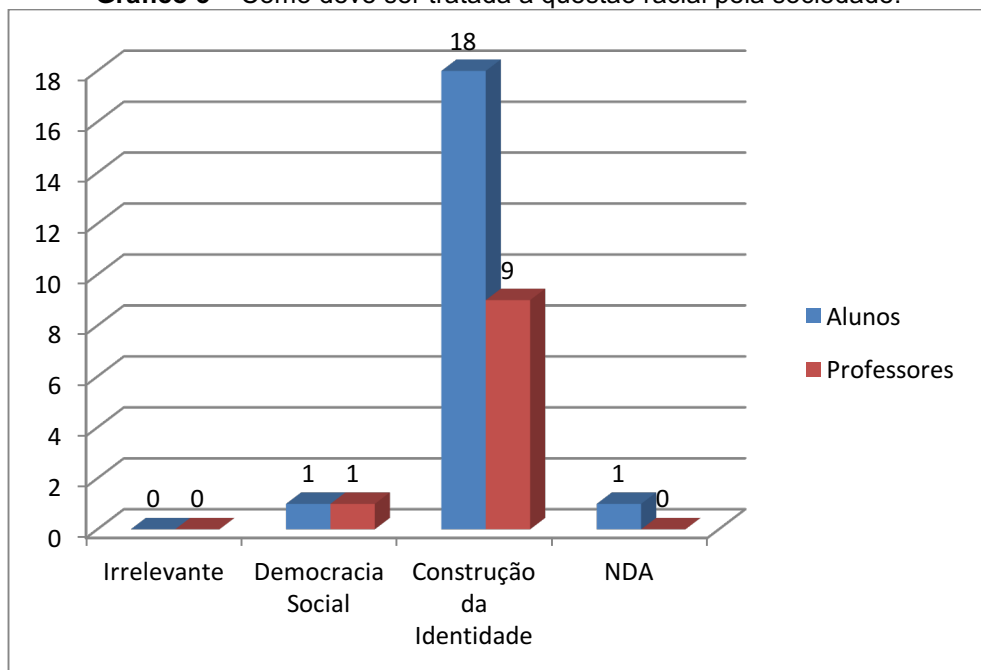
Dos 30 entrevistados, 1 aluno e 2 professores, responderam que os alunos que entram pelo sistema de cotas na UFPR, possuem menos qualificação que os alunos que entram pelo sistema universal. De acordo com (MUNANGA, 2003) não terão alunos menos qualificados que os alunos que entram pelo Sistema Universal, porque a competitividade dos vestibulares continuará a ser respeitada como sempre.

Dos entrevistados, 7 alunos e 2 professores, responderam que todos os candidatos ao vestibular cotistas têm de atingir uma mesma nota mínima para serem classificados. Pois o processo realizado é que, após as provas corrigidas os alunos cotistas serão classificados separadamente retendo os que obtiverem as notas de aprovação para ocupar as vagas previstas.

Na alternativa que a nota avalia o mérito de todos os concorrentes, 11 alunos e 5 professores responderam que a única diferença é que, cada grupo de candidatos concorre com os seus iguais. Portanto, o sistema de cotas não vai introduzir alunos desqualificados na universidade, porque os alunos que pleitearem o ingresso na universidade pública por cotas, submeter-se-ão às mesmas provas de vestibular que os outros candidatos e serão avaliados como qualquer outro de acordo com a nota de aprovação prevista.

Somente 1 aluno e 1 professor, responderam nenhuma das alternativas.

Gráfico 3 – Como deve ser tratada a questão racial pela sociedade.



Na alternativa que fala sobre se a questão racial não é importante e sim irrelevante, não foi respondida por nenhum entrevistado.

Dos entrevistados, 1 aluno e 1 professor, responderam que a questão racial, não é importante, pois vivemos numa democracia social. Segundo o autor (SARMENTO, 2008, p.61), a questão racial é importante, pois a democracia racial é somente um mito adormecido entre nós, dando impressão que não existe mais discriminação e que vivemos numa sociedade com direitos iguais para todos. Basta dar uma volta nos shopping ou restaurantes frequentados pelas elites para constatar a exclusão social dos negros, que estão sendo representados em outros espaços menos glamorosos como favelas e presídios.

Dos 18 alunos e 9 professores, responderam que a questão racial deve ser tratada pela sociedade, na medida em que afeta a vida de toda a sociedade brasileira e a construção de sua identidade. . Somente 1 aluno, respondeu que não sabia informar.

De acordo com o autor (SILVERIO, 2003, p.70), ainda não reconhecemos os negros, identificando a todos nós como mestiços ou morenos, ou quando reconhecemos, aplicamos condições de um individuo desprovido de habilidades e competências para alcançar uma posição social no mundo moderno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção do regime de cotas raciais nas universidades publica brasileira, vem sendo um tema polêmico nos últimos anos, uma medida que continua dividindo opiniões.

Para os que são contra as cotas raciais, argumentam a inconstitucionalidade da lei, velando na educação o reforço do preconceito nas universidades.

Segundo o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, somos todos iguais, sem distinção de qualquer natureza, portanto, considerar a reserva de cotas confirmara a segregação social e racial existente no país.

Como dizer que deve haver cotas raciais nas universidades brasileiras, sendo que na sociedade nacional há uma mistura heterogênic? Quem são os negros, brancos, pardos e amarelos? Quem são os brasileiros? É necessário refletir que hoje, no Brasil, há negros com descendência europeia e brancos com descendência africana, sendo assim, são impossíveis indicar qual destinatário mais coerente à vaga nas universidades, através das cotas raciais.

Outro argumento é que a Lei corrompe o principio do mérito acadêmico – requisito que deve ser contemplado para o acesso à universidade – também defendem que é uma medida inócua.

A partir dessa pesquisa teórica, entende-se que essa medida é apenas um paliativo, sem consequência prática já que acabaria gerando distorções no processo avaliativo.

Portanto, para os contra o sistema de cotas raciais, utilizar esse sistema no Brasil seria apenas tentar corrigir um erro histórico com outro.

Os que são a favor as cotas raciais justificam que as avaliações para o ingresso nas universidades desconsideram a profunda desigualdade social existente no Brasil, pois diversos estudos mostram que nas universidades onde as cotas foram implementadas não houve perda da qualidade de ensino.

Também defendem que a melhoria do ensino de base deve ser realizada simultaneamente com a inserção das cotas, pois será um projeto em longo prazo, considerando a péssima infraestrutura administrativa brasileira, cujos resultados poderão ser notados depois de décadas.

Outra defesa é dos que acreditam nessa medida como ferramenta de integração social, étnica e racial e retratação histórica, ou seja, listam todos os sofrimentos e humilhações sofridos pelos negros na História do Brasil, especialmente a escravidão que durou oficialmente até 1888.

Em torno de sua constitucionalidade por sua possível contradição quanto ao princípio da igualdade contido no artigo 5º da Constituição, que ressalta a igualdade formal de todos os cidadãos perante a lei. Entretanto, a igualdade, segundo o artigo 3º, deve ser promovida, garantindo as mesmas oportunidades para todos, tendo assim a Equidade incentivada.

Este conceito consiste em, por meio da interpretação das leis, reparar prejuízos causados à população que não teve seus direitos básicos atendidos em razão de circunstâncias históricas, sociais ou econômicas. Portanto, cotas são constitucionais e necessárias para a execução dessa mesma igualdade formal. Dessa forma, a política de cotas apresenta-se plenamente válida e constitucional, pois ela não é apenas uma forma de promover a democracia, mas também de deliberar a capacidade individual e atuar de modo eficaz em um curto espaço de tempo.

Defender o ingresso de alunos de escola pública às universidades promove a democracia porque defende a maioria social prejudicada, que vive em país marcado pela desigualdade social, ou seja, sem o sistema de cotas para os estudantes de classes sociais menos favorecidas, as cadeiras nas melhores universidades continuarão sendo conquistadas por candidatos com melhor estabilidade financeira, vindo dos melhores colégios particulares.

O próprio objetivo do programa é mudar essa história. Tanto é que, em 2022, ele passará por uma revisão, em que será avaliada sua necessidade; espera-se que até lá a democratização do saber já tenha se consolidado e que os egressos de

escolas públicas já consigam ser aprovados em exames vestibulares nas universidades públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso: 02 mai. 2016.

BRASIL. **Decreto – lei nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969**. Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Senado Federal. Brasília. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=94836>>. Acesso em 10 mai. 2016.

BRASIL. **Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888**. Declara instinto a escravidão no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM3353.htm>. Acesso: 03 mai. 2016.

BRASIL. **Lei nº 3708, de 09 de novembro de 2001**. Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense, e dá outras providências. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/827dde52958a6dd203256b030063db70?OpenDocument&ExpandView&ExpandSection=-4>>. Acesso em: 23 mai. 2016.

BRASIL. **Lei nº 5.346, de 11 de dezembro de 2008**. Dispõe sobre o novo sistema de cotas nas universidades estaduais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/comissoes/CCJ/AP/AP2009/AP200903181_CotasRaciais_AUGUSTOWERNECK.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2016.

BRASIL. **Lei 7.716, de 05 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm>. Acessado em 20 abril. 2016.

BRASIL. **Lei nº11.096 de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>. Acesso em: 20 mai. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.228 de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso: 03 mai. 2016.

BRASIL. **Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 24 mai. 2016.

AGRA, Walber de Moura. **Curso de direito constitucional.** 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas.** São Paulo, EDUSP, 1996.

CARNEIRO, L.T. Maria. **O racismo na Historia do Brasil.** 8. Ed. São Paulo:Ática, 2003.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. UNIC / Rio / 005 - Agosto 2009. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** 3 ed. Curitiba: positivo, 2004.

FLORESTAN, Fernandes. **Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”.** São Paulo, HUCITEC, 2 ed., p.72, 1979.

GIL, Antônio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo :Atlas, 2002.

GODOY, A.S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas – RAE, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr.1995.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

_____. **A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro.** Revista de Informação Legislativa. Brasília a.38, n. 151, jul./ set. 2001. p.129/152. Disponível em:<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/705/r151-08.pdf?sequence=4> . Acesso em: 21 mai. 2016.

GUSMÃO, S. B. **Contra Corrente: Nem branco e nem preto.** IBGE alia-se a movimentos raciais e declara que pardo é negro. Disponível em: <http://www.igutenberg.org/contracorrente.org/indice/nem-branco-nem-preto.html>. Acesso em: 18 Abr. 2016.

KAUFMANN, Roberta Fragoso Menezes. **Ações afirmativas à brasileira: necessidade ou mito?** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

LOPES, A.L. **Currículo, escola e relações étnico-raciais**. In: Educação, Africanidades, Brasil. Brasília: Editora UNB, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Gabriel. **Da Senzala à Unidade Racial**: Uma abordagem da realidade racial no Brasil. Brasília: Planeta Paz. 1996. p.1.

MELLO FILHO, José Celso de. **Constituição federal anotada**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva. 1986.

MENEZES, Paulo Lucena de. **A ação afirmativa (affirmative action) no direito norte-americano**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação ciência, 1996. p.115.

_____. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Cadernos PENESB 5, Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Niterói: EdUFF, 2000, p. 15-34.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. **Racismo olhares plurais: razões afirmativas: Pós-emancipação, pensamento social e a construção das assimetrias raciais no Brasil**. Editora Edufba. Salvador, 2010. p. 73. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12063/1/racismos-e-olhares-plurais_ri.pdf>. Acesso em 20 de mai. 2016.

SANTOS, I. ; ROCHA, J. G. **Diversidade & ações afirmativas**. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

SANTOS, Hélio. **Discriminação Racial no Brasil**. Disponível em < http://www2.tjce.jus.br:8080/esmec/wp-content/uploads/2008/10/discriminacao_racial_no_brasil.pdf>. Acessado em 23 mai. 2016.

SARMENTO, Daniel. **Direito Constitucional e a igualdade étnico- racial**, in PIOVESAN, Flávia; SOUZA, Douglas Martins de(coord). Ordem Jurídica e Igualdade Étnico Racial. Brasília: Lumem Júris. 2008.p.61.

SELL, Sandro Cesar. **Ação Afirmativa e Democracia Racial** – Uma introdução ao debate no Brasil. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 15ª Edição Revista. Editora Malheiros: São Paulo, 1998.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **O papel das ações afirmativas em contextos racializados**: algumas anotações sobre o debate brasileiro. In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Inep, 2003, p. 55-77.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Sistema de Cotas**. Disponível em: <http://www.unb.br/estude_na_unb/formas_de_admissao/vestibular>. Acesso em 23 mai. 2016.

VALLOIS, Henri-V. **As raças humanas**. Tradução: Y. Leite. 3 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.